

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

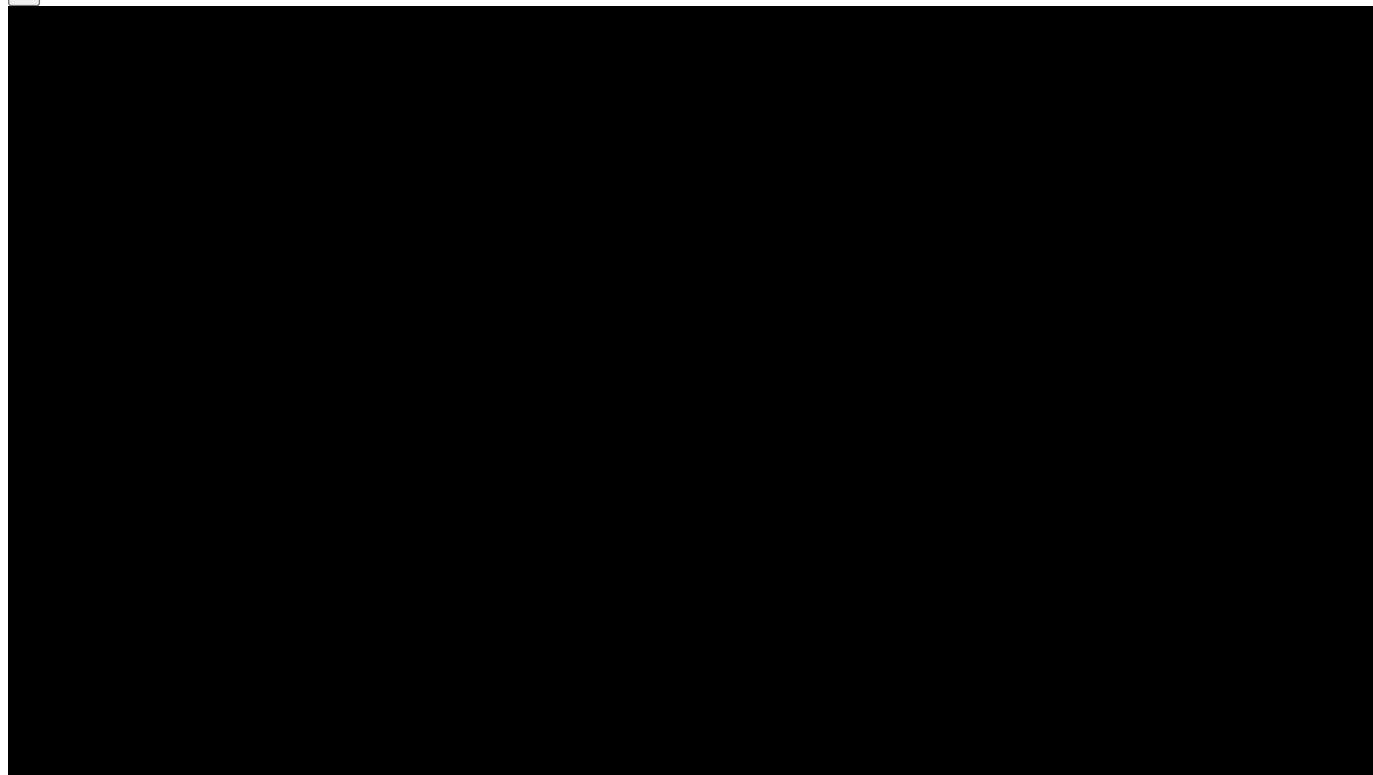
Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

Skip to next slide You can skip to the next slide in 3

Ad

x



Skip to next slide

Ad

x

RESOLUÇÕES DO III CONGRESSO NACIONAL DO PSOL

Nos dias 2,3 e 4 de dezembro, na cidade de São Paulo foi realizado o III Congresso Nacional do PSOL. Cerca de 1 mil pessoas presentes ao 3º CNPSOL. Foram credenciadas 972 pessoas sendo 332 delegad@s, 26 convidad@s internacionais e 614 observadores e observadoras e convidad@s.

1. RESOLUÇÕES INTERNACIONAIS

1.1.REFERENDO DA DECISÃO DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PSOL

Nos dias 30 de novembro a 02 de dezembro de 2011 se realizou em São Paulo o II Seminário Internacional do PSOL. Participaram representantes de 24 países: o LPP do Paquistão; Syriza/Synaspismos da Grécia; Liga de Esquerda Operaria da Tunísia; a FPLP, a Liga de Mulheres e o Stop the Wall da Palestina; o Movimento para a Democracia Participativa de El Salvador; o Partido Socialista da Irlanda; Marea Socialista/PSUV e a Frente Campesino Ezequiel Zamora da Venezuela; o POR/Esquerda Unida e a Liga Anticapitalista da Espanha; o Movimento Socialista dos Trabalhadores e a Esquerda Socialista da Argentina; o partido Die Linke da Alemanha; o NPA da França; o Partido Socialista da Inglaterra; o Bloco de Esquerda de Portugal; a FNRP de Honduras; o Fórum Social Panamazonico da Bolívia; o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR), o Partido Igualdade e o MST do Chile; a Organização Guianense de Direitos Humanos; o Partido Nacionalista e a COEN do Peru; o Pólo Alternativo Democrático da Colômbia; a ISO dos EUA; a Assembléia Popular Democrática do Uruguai.

O Seminário se realizou em meio a uma profunda crise econômica mundial, que colocou a prova – mais uma vez – a incapacidade do capitalismo de resolver os problemas da humanidade e do planeta.

Nos países em que a crise é mais aguda e cujas economias estão totalmente endividadadas, como Grécia, Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, os governos tem se subordinado fortemente aos interesses do capital financeiro: baixam salários, aumentam os anos para aposentadoria,

reduzem os gastos em saúde e educação para pagar os banqueiros. Esta é a agenda de todos os governos europeus.

Entretanto, no último período, se levantou uma intensa resistência dos povos e dos trabalhadores. A primavera árabe foi a primeira resposta, que repercutiu nas praças da Espanha e se estendeu até os EUA. Hoje, a Grécia é o país em que o confronto é mais forte. A resposta dos governos foi a violenta repressão às lutas e a criminalização dos movimentos sociais.

Na América Latina, a juventude chilena está na vanguarda da luta em defesa da educação. Aqui também estão acontecendo fortes lutas contra os mega empreendimentos executados pelas empresas brasileiras ou pelas multinacionais do minério, que são uma ameaça para os povos e o sistema amazônico.

Os participantes presentes no II Seminário Internacional do PSOL propuseram a todas as organizações presentes que levássemos adiante as seguintes campanhas:

1. Campanha de solidariedade com a luta da Grécia. Estamos ao lado das mobilizações da Europa que exigem que os 1% mais ricos paguem a crise, e nesse sentido em solidariedade militante com o povo e os trabalhadores gregos que são vanguarda dessa luta.
2. Campanha de Solidariedade com a luta Palestina.
3. Solidariedade militante com a luta estudantil chilena pela defesa da educação pública, de todos os nossos partidos e principalmente da juventude.
4. Ação comum do PSOL nas lutas contra os mega empreendimentos (IIRSA).
5. Campanha pela liberdade dos prisioneiros do LPP do Paquistão.
6. Campanha pela liberdade dos cinco presos cubanos detidos nos EUA.
7. Fortalecer a campanha internacional iniciada pelo PSOL de defesa do nosso Deputado Marcelo Freixo, ameaçado de morte.
8. Solidariedade com a luta pela paz na Colômbia, contra os crimes do Estado Colombiano contra os militantes sociais.
9. Fomentar os laços internacionalistas que se estão construindo e publicar um livro com as contribuições dos expositores de cada uma das mesas. Este livro será publicado também em uma página web do Seminário Internacional.

Anexo:

Dois eventos importantes para a organização das lutas populares, ambientais e internacionais vão ocorrer em 2012 no Brasil:

A Cúpula dos Povos da Sociedade Civil na ocasião do G-20 que ocorrerá entre 13 e 22 de Junho no Rio de Janeiro.

O Fórum Social Temático sobre Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental que ocorrerá em Porto Alegre que ocorrerá entre 24 a 29 de Janeiro.

O PSOL coloca os dois eventos em sua agenda e organizará sua intervenção com seus parceiros internacionais.

1.2. RESOLUÇÃO INTERNACIONAL: A CRISE DO CAPITAL FAVORECE A RETOMADA DA OFENSIVA SOCIALISTA

1. A atual crise do capital é uma crise sistêmica: possui dimensão econômica, política, social, cultural e ambiental. De forma simultânea questiona o capitalismo, abre possibilidades para o avanço das lutas socialistas e revolução socialista. Mas aumentam imensamente os conflitos localizados, as possibilidades de guerras de largo alcance, ameaçando a vida humana no planeta. Mas do que nunca, é atual a máxima que coloca o destino da humanidade diante da dicotomia socialismo versus capitalismo.

2. Uma das características marcantes da crise atual é a manifestação de forma acentuada de sua dimensão econômica e social no interior dos Estados Unidos, potência hegemônica do mundo capitalista, e na Europa Ocidental. Berço desta forma de dominação. Nos EUA, a perda de competitividade de diversos ramos econômicos, o desemprego duradouro e a explosão da dívida pública não somente impactam a vida cotidiana de seus cidadãos como abalam a sua liderança mundial. Na Comunidade Européia, a falência econômica da Grécia, Espanha, Portugal e, agora, Itália, ameaça a zona econômica do euro, semeia conflitos sociais e coloca em risco a idéia de uma Europa unida. Mais grave, ainda, faz ressurgir forças hegemônicas – a partir do governo conservador alemão – que impõem saídas sempre voltadas a proteção do grande capital, à custa da liquidação de direitos sociais conquistados por lutas árduas, após a derrota do nazifascismo.

3. Nos Estados Unidos, o governo de Obama é um retrato implacável da pouca validade de proclamadas intenções reformistas num país ferreamente dominado pelas grandes corporações. Em três anos de governança do primeiro presidente negro da maior potencia capitalista do planeta, a máquina de guerra ianque funcionou a pleno vapor no Iraque, Afeganistão, Líbia, Colômbia e no apoio à Israel. Neste sentido, a manutenção do centro internacional de torturas de Guantánamo é uma prova mais do que eloquente. Aliás, de todos os setores econômicos dos Estados Unidos o único que se desenvolve plenamente é o complexo industrial-militar, em parceria com grandes multinacionais petrolíferas. Nesta área os EUA mantém a vanguarda tecnológica, alimentada por um orçamento maior que o dobro dos gastos somados de França, Inglaterra e Alemanha.

4. No contraponto a esse avanço de direita mais reacionária, a crise econômica e social gera poderosos protestos sociais e dá alento ao movimento dos "indignados" que se bate contra as medidas neoliberais de governos extremamente semelhantes. Ao mesmo tempo em que se vai as promessas de recuperação, a crise deixa nua a impotência dos grandes países europeus há muito tempo reduzidos à mera condição de apêndices do imperialismo estadunidense, e do governo conservador da Alemanha. Nas ruas de Nova Iorque e nas praças da Espanha, o Occupy Wall Street e o movimento dos indignados, embora não tenha um programa claro, demonstra a vitalidade de um movimento social que é capaz de transbordar as estruturas esclerosadas da esquerda oficial e a pouca representatividade das forças da esquerda anticapitalista, animando em todo o mundo os lutadores sociais que enfrentam a barbárie capitalista.

5. Ao mesmo tempo, vem do chamado "Terceiro Mundo" as respostas mais contundentes à crise capitalista. As rebeliões populares do Egito e Tunísia promovem o fim de tiranias corruptas e abriram o caminho para possíveis regimes democráticos, ainda que este processo não esteja consolidado e as forças conservadoras se mantenham controlando a transição. No Iêmen, a luta popular prossegue contra uma monarquia títere do imperialismo americano. No Bahrein, a insurgência de massas foi sufocada pelas tropas intervencionistas da Arábia Saudita. Porém, apesar de generalizados, os levantes nos países árabes não conformam um todo homogêneo. Particularmente nos países onde regimes autoritários têm forte apoio popular, mesmo que nos últimos anos tenham feito enormes concessões aos Estados Unidos e Europa Ocidental (como era o caso do autoritário Kadafi, na Líbia), o imperialismo o imperialismo costuma assumir o controle e a liderança dos movimentos opositoristas através de seus prepostos. No caso líbio, o intervencionismo criminoso se transformou em carnificina

Advertisement

através de bombardeios da OTAN, do armamento, aparelhamento e domínio político da direção do movimento anti-Kadafi.

6. Na síria, com um regime desgastado por anos de isolamento, estagnação econômica e autoritarismo político, a crise social e política que se desenvolveu desde o início do ano torna-se argumento para uma nova intervenção militar imperialista. Por isso, o PSOL condena toda e qualquer ingerência externa naquele país. Mais do que nunca é tarefa dos internacionalistas reafirmar a defesa da autodeterminação dos povos, advogando em favor de uma saída construída pelo povo Sírio, salvaguardando as conquistas e a independência daquele país.

7. Da mesma forma, é preciso reconhecer que, apesar de suas contradições, é inegável que o movimento renovador nos países árabes tem alentado a incansável resistência palestina e fortalecido a luta de libertação nacional da Frente Polisário, no Saara Ocidental.

8. Na América Latina, onde foi mais férrea a resistência popular ao neoliberalismo, os anos de luta desembocaram numa série de vitórias eleitorais das forças que empunharam bandeiras anti-neoliberais. As forças oposicionistas, agora vitoriosas, se dividem em duas vertentes: no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, El Salvador, Nicarágua e Peru, triunfam governos que se propõem a realizar reformas sociais nos marcos do capitalismo, sem arranhar a dominação do sistema financeiro e das grandes corporações. Na Venezuela, Equador e Bolívia as vitórias eleitorais foram a confirmação nas urnas de poderosos levantes de massas que depuseram governos, promoveram processos constituintes e expressaram sua vontade de ultrapassar os limites do capitalismo, seja através do chamado "socialismo do século XXI" seja através do reconhecimento do caráter plurinacional e comunitário do Estado. Nestes países as contradições de classe, inerentes a processos deste tipo, se expressam numa acentuada disputa pela hegemonia de que vai apontando para distintos desfechos.

9. No Equador onde o movimento indígena e setores da esquerda romperam com o governo de Rafael Correa, hoje denunciam uma suposta "direitização" do processo. Na Bolívia, se agudiza a luta no interior do governo e dos movimentos defrontando os defensores de uma modernização econômica exportadora e dependente e os que lutam pelos compromissos assumidos com a construção de um estado plurinacional comunitário. Na Venezuela, segue a confrontação do governo de Hugo Chávez com a direita reacionária num quadro em que a adoção de medidas políticas, sociais e econômicas radicais é cada vez mais indispensável para assegurar a derrota da direita e permitir que a Revolução Bolivariana ultrapasse a fase democrática e popular e alcance um patamar mais elevado.

10. Em Cuba, cujo apoio aberto em sem ressalvas aos processos transformadores do continente, confirma seu símbolo libertador para os povos latino-americanos, as agruras da crise econômica mundial, o bloqueio norte americano e a escassez de recursos naturais impôs medidas de abertura limitada ao capital privado, adotadas no último congresso do Partido Comunista. Para o PSOL, estas medidas não configuram o início de restauração capitalista e mais bem refletem a impossibilidade de plena construção do socialismo num só país, principalmente quando este país possui as limitações físicas, demográficas e produtivas de nossa querida ilha caribenha.

11. Além disso, é necessário observar importantes processos de reorganização política e social de novas vanguardas em países cujo transformismo de ferramentas antes a serviço da luta anticapitalista, ditam a dinâmica da luta de classes. É o caso de iniciativas unitárias na Argentina, Uruguai, Honduras, El Salvador, Paraguai e Colômbia.

12. Dentro do quadro latino-americano merece especial destaque ao papel desempenhado pelo Brasil. Aproveitando das dificuldades políticas e econômicas dos Estados Unidos e a queda vertiginosa do papel político e econômico do México, o governo Lula-Dilma impulsiona o velho sonho do Estado brasileiro de conquistar uma posição hegemônica na América do Sul e de grande influência na América Central e Caribe. Da intervenção no Haiti, passando pela constituição da Unasul, e notadamente a Iniciativa de Infraestrutura Regional SUL Americana, a IIRSA, o governo brasileiro constrói estradas e hidrelétricas em vários países, sobretudo Peru e Bolívia, abrindo o caminho do Pacífico para os produtos manufaturados e do agronegócio brasileiro bem como para fornecimento de energia barata para os capitalistas sediados no Brasil.

13. O projeto expansionista do capitalismo brasileiro não se circunscreve ao nosso continente. Embalados pelos abundantes financiamentos do BNDES que alavanca o projeto de incentivo à criação de empresas brasileiras de caráter e ação transnacional, corporações de origem brasileira também disputam espaços na África lusófona, particularmente Angola e Moçambique. A esse expansionismo está relacionado o apetite brasileiro por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, o que justifica sua abstenção diante intervenção imperialista na Líbia e do apoio às recentes sanções contra a Síria.

14. Por fim não é possível falar de América Latina sem ressaltar o crescente papel desempenhado pelos movimentos indígenas. A partir da insurgência zapatista, no México, em 1994, os movimentos dos povos originais se transformaram em agentes políticos sociais de primeira grandeza no Equador, Peru, Bolívia, México e Guatemala, se manifestam de forma

aguerrida no Chile e buscam um ressurgimento na Argentina, Paraguai e Brasil. Esta irrupção traz enorme desafio para a esquerda marxista na América Latina que é a partir do campo comum anticapitalista construir diálogo, o debate sobre a concepção de mundo e buscar alianças práticas contra o inimigo comum.

15. Vivemos tempos de uma crise global e sistêmica do mundo capitalista. Em consequência a generalização da solidariedade entre os que lutam por um mundo de igualdade e justiça se transformou em tarefa prática e cotidiana. Por isso, o PSOL reafirma seu caráter internacionalista e sua solidariedade a todos os povos em luta contra o imperialismo.

1.3. RESOLUÇÃO SOBRE PALESTINA

1. Apoio a resistência popular palestina

2. Apoio ao Chamado Palestino para o Boicote, Desinvestimento e Sanções:

- Fim das relações militares entre Brasil e Israel

- Boicote aos produtos e investimentos israelenses (ex.: Três Corações e Mekorof)

- Cancelamento do Tratado de Livre-Comércio Mercosul – Israel

3. Campanha para libertação dos presos políticos palestinos

4. Adesão aos esforços de organização do Fórum Social Mundial – Palestina Livre, em novembro de 2012, Porto Alegre

5. Adesão aos esforços de criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade à Palestina

6. O PSOL toma esforços como iniciativa para campanha brasileira, organizar e construir uma caravana de delegação que viaje à Palestina no início de 2012 com o objetivo de levar a solidariedade ao povo palestino

1.4. RESOLUÇÃO SOBRE A GRÉCIA

Resolução de solidariedade e coordenação com a luta do povo grego contra a Troika, o sistema financeiro global, o endividamento público implementado pelos bancos e as grandes

transnacionais, o Banco Central Europeu, o capitalismo hegemônico alemão e o governo de Lucas Papademos, apoiado pelo bipartidarismo e a extrema direita.

Todos e todos os membros, quadros, dirigentes e simpatizantes do PSOL, todos/as os representantes dos partidos políticos e organizações presentes neste Seminário, estamos em plena solidariedade com a luta que esta sendo levada a cabo pelos trabalhadores, pelos camponeses, desempregados, a juventude estudantil e trabalhadora, todas as forças de esquerda em nível social e político que deram, dão e darão, no próximo período, seus esforços nas lutas que podem modificar todo o panorama político da Grécia.

Mudanças progressistas, antineoliberais e anticapitalistas que poderão se realizar em primeiro lugar, também em outros países da periferia Européia, como na Itália, em Portugal, na Irlanda, Espanha, etc.

O governo grego não foi eleito pelo povo, e sim pelos bancos, pelo grande capital, pelas transnacionais e pelo governo alemão de Ângela Merkel. O ataque feroz do governo grego contra os direitos do povo está fadado ao fracasso. Isso porque a memória histórica das vitórias populares gregas antifascistas, anti-ditatoriais, contra qualquer tipo de repressão política e militar podem, hoje, se reavivar sob um novo contexto histórico, no qual o capital financeiro mundial e seus empregados políticos buscam tirar a soberania dos povos, saquear suas riquezas, condenar as populações a sobreviver na extrema pobreza, sem trabalho digno, sem seguridade social, sem educação e saúde, sem direitos democráticos e sem liberdade.

Demonstramos nossa absoluta solidariedade com o povo grego, e ao mesmo tempo, nossa vontade política de sintonizar e coordenar cada luta social e política, e todos os níveis possíveis, regional e mundial, contra nossos inimigos comuns. Nossas juventudes estudantis e trabalhadoras, que hoje lutam em formas massivas e avançadas por educação gratuita no Chile e na Grécia, lutas que certamente se ampliarão em outros países e continentes, podem dar o primeiro passo de um caminho cheio de esperanças na América Latina, na Europa, no mundo Árabe, e na Ásia. Podemos encher nossas ruas e praças com as multidões dos 99%.

Seguiremos juntos e mais fortes, mais determinados a abrir novos caminhos de emancipação humana, com verdadeira construção de soberania dos povos, rumando ao socialismo com liberdade e democracia.

2. RESOLUÇÃO SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL

1. O PSOL tem feito jus àquilo que afirmávamos na campanha de 2010, vem se consolidando como um partido necessário, como uma alternativa para os que lutam e não deixaram morrer seus sonhos de transformação social. Enquanto os demais partidos se revezam perante a opinião pública num triste espetáculo de sucessivos escândalos de corrupção e compromissos explícitos da defesa dos interesses do poder econômico, o PSOL levanta sua voz crítica, dissonante, capaz de desafinar o coro dos contentes e colocar à luz as mazelas e os acordos espúrios da política brasileira.

2. Nos últimos anos o capitalismo mundial vem sofrendo os impactos de uma de suas mais graves crises, recolocando em pauta a inegável instabilidade do modelo neoliberal, guiado pelos interesses especulativos, assim como a incapacidade do sistema capitalista de eliminar as mazelas da pobreza, do desemprego e da desigualdade. Num momento de recrudescimento da crise mundial, em que a democracia representativa, na forma como ela está organizada nos países capitalistas, é colocada em cheque pelas massas populares, que exigem democracia real, ganha maior relevância a proposta generosa e transformadora do socialismo, um socialismo com democracia, com participação popular efetiva.

3. No Brasil, o governo e as elites se esforçam para que o país não seja "contaminado" por esse momento de questionamento internacional do modelo político vigente. Nesse sentido, o governo Dilma reforça seu perfil de continuidade do que foi o governo Lula, reafirmando o que pode ser chamado de um novo pacto social no país. Nesse pacto, a governabilidade e o apoio público são conquistados por meio de uma arquitetura que, em torno de uma heterogênea base de apoio, age de maneira a beneficiar simultaneamente o capital financeiro, as grandes empresas do setor primário exportador e parcelas expressivas da pequena burguesia, dos trabalhadores e dos setores organizados, sem ferir nenhum interesse das classes dominantes. Tendo essa política alcançado uma amplíssima base social, não é à toa que a oposição de direita tenha definido nos últimos anos. Sem grandes contradições, parte expressiva desta se bandeia para as asas da base governista, sem que exista uma crise de representação da grande burguesia instalada no país. Tudo isso, com a notória colaboração da maioria absoluta do movimento sindical brasileiro.

4. Entretanto, os limites estruturais impostos pela política econômica alimentam um conjunto de contradições que começam a aflorar com mais força. Se o crescimento econômico nos últimos anos permitiu um aumento do consumo e do crédito, a contrapartida é que o brasileiro nunca esteve tão endividado. Isso gera uma bomba-relógio, mais perigosa ainda

Advertisement

quando o governo anuncia mais cortes no orçamento. Por outro lado, o aumento do poder aquisitivo não vem acompanhado dos direitos básicos à população, pelo contrário, a educação e a saúde pública seguem sendo sucateadas, o financiamento da casa própria continua caro e para poucos, ou seja, parte considerável do orçamento das famílias é gasto com o pagamento de juros extorsivos aos bancos e financiadoras ou com planos de saúde de má qualidade e a educação privada. Outro agravante do aumento estimulado do consumo, sobretudo de produtos supérfluos e com vida útil programada para troca, é a degradação ambiental pelo excesso de resíduos sólidos gerados e o aumento progressivo de energia de fontes poluidoras.

5. Do ponto de vista político, é inegável que o pacto social construído pelo governo petista reforça uma lógica de corrupção e uso do aparelho público para pagamento de favores e direcionamento de benefícios. As denúncias que agora vêm a público são apenas a ponta de um processo mais amplo, intrínseco ao modelo de governabilidade adotado. Até agora seis ministros já saíram do governo Dilma, sendo cinco deles envolvidos em denúncias de corrupção e desvios de recursos públicos. A bola da vez é o Ministro do Trabalho e certamente outras denúncias virão à tona, tendo em vista o modelo de governabilidade apoiado na troca de favores e no fisiologismo político, no aprofundamento das relações do PT com o grande capital nacional e a própria natureza dos partidos que compõem a base aliada, sendo o PMDB o fiel de uma balança que só se “equilibra” com a distribuição de muitos cargos, favores e propinas.

6. Todas essas contradições têm alimentado a retomada das lutas e manifestações sociais no país, incluindo greves, manifestações e protestos em diferentes setores e categoriais profissionais. Lutas estas que têm reivindicado melhores salários, condições de vida e acesso a serviços e bens públicos de qualidade. Essa dinâmica de retomada da mobilização popular vem sendo confirmada pelas greves dos trabalhadores nas obras do PAC (como em Jirau); a greve dos bombeiros no Rio de Janeiro; a mobilização do funcionalismo nas três esferas de poder (federal, estadual, municipal), a exemplo da greve nacional dos trabalhadores das universidades federais e dos trabalhadores em educação no Rio de Janeiro e outros estados, ou a greve nacional dos bancários e demais campanhas salariais que tem conquistado reajustes acima da inflação. Também tem se ampliado muito neste último período a luta ambiental, com destaque para o embate travado em torno do código florestal e da construção de Belo Monte, e pelos direitos civis no país, contra a homofobia e pelo casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com debates polarizados no Congresso Nacional e na sociedade, a as lutas em defesa dos direitos humanos - com a indignação pública frente ao envolvimento da polícia no assassinato da juíza Patrícia Acioli e as inúmeras ameaças de morte que obrigaram o

deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), presidente da CPI contra as milícias, a sair do país a convite da Anistia Internacional para reorganizar a sua segurança e de seus familiares, e também em protesto contra o descaso do governo do Rio de Janeiro diante desta situação de risco permanente de morte.

7. É nesse ambiente de incipiente questionamento e de busca de alternativas que o PSOL deve se afirmar. O espaço para a construção de um programa alternativo, com um corpo político que o sustente e que permita sua identificação com os anseios da população brasileira, continua em aberto. Ocupar esse espaço é o grande desafio colocado hoje para nosso partido. O espaço à esquerda que se abre para o PSOL só poderá ser ocupado com uma política coerente e democrática, capaz de dialogar com outros setores, de encontrar síntese nas divergências e procurar estreitar laços com os que estão insatisfeitos com a política governista, mas não vêem ainda uma alternativa à esquerda. Com uma construção generosa, de novo tipo, aberta à diferença, não sectária, capaz de absorver a crítica, mas também de constituir unidade na ação, o PSOL pode ocupar esse espaço.

8. O PSOL deve ocupar o espaço a esquerda atuando nas lutas sociais por salários e melhores condições de vida, nas lutas contra a corrupção e pela mudança da política econômica, em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e dos setores oprimidos. São estes os eixos de um programa de mudanças para o país e que deve ser apresentado com força na disputa eleitoral de 2012, no âmbito municipal, onde nosso partido terá a oportunidade de se fortalecer enquanto alternativa popular e socialista, enraizando-se na luta do povo e avançando em sua representação institucional.

2.1. RESOLUÇÃO SOBRE RELAÇÃO COM MARINA SILVA

FORTALECER O PSOL

O Partido Socialismo e Liberdade tem se apresentado como um forte instrumento de lutas e defesa dos interesses da classe trabalhadora e das maiorias excluídas do País, ocupando espaço à esquerda, combatendo o processo de consolidação da hegemonia burguesa no Brasil e fortalecendo uma oposição programática e de esquerda nos movimentos sociais e nos parlamentos.

As eleições de 2010, com todas as dificuldades, demonstraram que o PSOL tem potencial para ocupar sem sectarismo ou eleitoralismo, um espaço à esquerda na sociedade, combinando a luta institucional e a luta social.

O processo eleitoral de 2012 será mais um momento de ampliação da construção partidária e de enfrentamento aos interesses hegemônicos representados pelo governismo, pela oposição conservadora e seus satélites.

Atualmente o governo Dilma e de seus aliados vai na mesma direção do governo Lula e consolida uma opção de governo sob a égide das políticas neoliberais. Em menos de um ano seis ministros foram demitidos, cinco deles por corrupção e, provavelmente o sétimo cairá. Esse processo demonstra que a corrupção não é um problema pontual, e precisa ser combatida de forma sistêmica, o que significa enfrentar este modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, a oposição conservadora vem definindo por que, na prática, é autora do projeto hoje defendido pelo PT e seus aliados. Portanto, nosso combate é também contra essa concepção conservadora que na sua essência não se diferencia do projeto petista.

As eleições de 2010 demonstraram que existe um espaço à esquerda e que o PSOL é o principal instrumento político e partidário que pode ocupá-lo. As candidaturas de Serra e Dilma não apresentaram nada de novo e na prática lideraram uma falsa polarização onde sua principal disputa era de quem seria um novo gerente de um mesmo projeto.

A candidatura de Marina Silva não representou uma alternativa à falsa polarização entre PSDB e PT. Apesar de que no imaginário popular e em significativos setores do povo ela tenha se apresentado nesse sentido.

As eleições de 2012 serão o palco principal para o fortalecimento do PSOL, do combate ao programa que foi defendido pelas três candidaturas mais votadas e da disputa de nosso projeto no imaginário popular, portanto, um momento especial de acúmulo de forças na construção do PSOL, fortalecendo-o como alternativa político-eleitoral para a disputa da Presidência da república em 2014.

2.2 RESOLUÇÃO POLÍTICA SOBRE O PSOL E AS ELEIÇÕES DE 2012

1. O processo eleitoral de 2012 será mais um importante momento de fortalecer o PSOL como o principal partido de esquerda e socialista em nosso país, na perspectiva de construí-lo

como poderosa ferramenta de massa na luta pela superação de todas as formas de opressão e exploração.

2. É condição urgente e necessária que o PSOL se apresente nas eleições municipais de 2012 com programas e políticas claras ao conjunto da população. Nos municípios, em especial nas capitais e cidades médias, polos centrais da irradiação da política para os estados, o PSOL deverá empenhar esforços para lançar candidaturas próprias que afirmem o perfil político e programático do partido.

3. Essa realidade exige do PSOL uma plataforma política de enfrentamento aos interesses hegemônicos dominantes e que aponte para o protagonismo dos de baixo na luta contra o neoliberalismo em suas mais variadas dimensões, isto é, um programa que aponte para transformações sociais profundas de caráter anti-monopolista, anti-imperialista, democrático radicais e anti-latifundiárias, no rumo de uma sociedade socialista.

4. Nessa perspectiva, as candidaturas do PSOL se afirmam como oposição programática e de esquerda aos governos federal, estaduais e municipais, lutando para colocar o povo em movimento e construindo alianças políticas e sociais que coadunam com o programa que o PSOL defenderá para as cidades.

5. Neste sentido, o III Congresso Nacional do PSOL delibera que:

a. O processo de discussão e formação de chapas para disputa eleitoral de 2012, deve ser orientado pelos parâmetros colocados acima e pelas demais resoluções deste Congresso.

b. As direções municipais e estaduais conduzirão o processo de negociação para formação de alianças sociais e políticas que estejam comprometidas com um programa de profundas transformações econômicas e sociais, assegurando um procedimento transparente, democrático e participativo na definição das candidaturas e dos programas para a disputa eleitoral.

c. O Diretório Nacional avaliará caso a caso as alianças políticas e sociais que avançarem para além do acúmulo da Frente de Esquerda (PSTU e PCB), cabendo somente a essa instância a decisão final sobre a possível concretização de ampliações, tendo como parâmetros básicos a indicação da candidatura a prefeito (a) pelo PSOL e a firme defesa de nosso programa de profundas mudanças sociais e políticas.

d. Desde logo, serão prioritárias para o PSOL as disputas pelas capitais do Pará, Amapá e Rio de Janeiro, em função do acúmulo partidário e das grandes potencialidades de vitórias

político-eleitorais existentes nestas cidades. Esse processo será acompanhado de forma decidida pela Direção Nacional do PSOL.

e. As eleições do próximo ano serão, portanto, um momento especial de acúmulo de forças na construção do PSOL, fortalecendo-o como alternativa político-eleitoral para a disputa da Presidência da República em 2014.

3. RESOLUÇÃO SINDICAL

Considerando que a unidade da classe trabalhadora é um valor estratégico e constitui uma das principais tarefas do PSOL na perspectiva de superar a divisão.

A realidade do conjunto da militância sindical do PSOL é de fragmentação. Temos atuações em diversas organizações. A unidade da militância do PSOL é fundamental para fortalecer as lutas em curso e recolocar a nossa estratégia de construir uma central unitária para a classe trabalhadora.

Neste sentido, o III Congresso do PSOL delibera:

- 1 – A nossa concepção de central não é partidária, mas de central unitária, classista, autônoma, independente, plural, democrática e internacionalista.
- 2 – Reafirmar a necessidade de construção de um instrumento unitário com todo o campo combativo da esquerda como condição necessária da nossa estratégia.
- 3 – Construir uma plataforma de lutas para a nossa intervenção nas organizações que atuamos e na conjuntura.
- 4 – Retomar o funcionamento efetivo da secretaria sindical como espaço de organização e formação da política sindical do partido.
- 5 – Participar e disputar com nossa política o Fórum Nacional de mobilizações (espaço de unidade e de ação).
- 6 – Realizar no primeiro semestre de 2012 (a secretaria sindical ficará responsável para indicar a data) uma Conferência Sindical para debater e aprofundar o debate acerca do projeto sindical do nosso partido.

Advertisement

4. RESOLUÇÃO DE MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA SOBRE COTAS DE 50% DE MULHERES

A conjuntura política e a configuração da sociedade brasileira, onde as mulheres são a maioria da população do eleitorado e da PEA (População Economicamente Ativa), aponta alguns desafios ao PSOL.

A reforma política que está em curso no Senado institui a realização de eleições proporcionais através de listas fechadas e com alternância paritária de gêneros, proposta essa que foi respaldada pela Direção Nacional do PSOL através da resolução aprovada em reunião do dia 30 de abril de 2011.

Para que avancemos na construção e legitimação de quadros femininos que cumpram com essa tarefa, faz-se necessário feminizar as instâncias do partido em todos os níveis e da Fundação Lauro Campos, com a criação de ações afirmativas que criem as condições à participação das mulheres, entre elas: garantia de creches nas atividades partidárias, formação política geral e feminista, fortalecimento do setorial de mulheres do PSOL e a cota mínima de 50% de mulheres para a composição partidária.

Portanto, os delegados e delegadas reunidos (as) no III Congresso Nacional do PSOL aprovam a política norteadora de cotas de 50% de mulheres para a composição das instâncias do PSOL e da Fundação Lauro Campos.

Transitoriamente a direção eleita neste Congresso será composta de 30% de mulheres na sua Executiva Nacional e 40% no seu Diretório Nacional.

5. RESOLUÇÃO SOBRE PRÉVIAS ELEITORAIS NO PSOL

Considerando:

Que o PSOL é um partido democrático e necessário, tem se construído como uma alternativa política aos partidos tradicionais e aos que abandonaram a luta pelo socialismo; firmando-se como o partido que busca uma nova forma de fazer política, sem acordos espúrios e sem decisões pela cúpula.

Que nosso compromisso é claro, dando o exemplo e cuidando daquilo que nos é precioso: a nossa coerência política. Por isso temos que aperfeiçoar a democracia interna. É preciso garantir nos debates políticos respeito às decisões de base, às minorias e à pluralidade.

Que as definições importantes, como a que estabelece o nome de candidatos (as) a cargos majoritários para as quais haja mais de um (a) pleiteante, devem ser momentos para o exercício da democracia partidária e para garantia do direito ao debate e à expressão de todas as posições internas do PSOL.

O III Congresso Nacional do PSOL decide:

1. Havendo mais de um pré-candidato e não existindo consenso, esforço político que devemos buscar constantemente, será garantido um processo democrático de decisão por meio de Prêvia Eleitoral que consistirá em consulta direta aos filiados.
2. As direções municipais deverão organizar debates com o conjunto de filiados (as), convocando um processo de Conferência Eleitoral Municipal no qual os (as) pré-candidatos (as) tenham a oportunidade de apresentar suas idéias, permitido que o conjunto de filiados (as) possa escolher seus candidatos (as) e que esta escolha expresse a vontade da maioria do partido.
3. O processo de Conferência Municipal, com escolha de delegados/as ou participação dos filiados em plenária única, devem garantir amplo debate na base partidária, seja do programa eleitoral, seja dos nomes que encabeçarão a chapa partidária nas eleições.
4. Nas cidades com até 500 filiados a votação na Conferência Eleitoral será dada pelo voto direto de cada filiado, sendo que para exercer este direito o filiado deve ter participado em pelo menos um debate prévio com os candidatos em disputa.
5. Nas cidades com mais de 500 filiados, serão eleitos delegados para a Conferência Eleitoral, em plenárias que obedecerão aos seguintes critérios:
 - a. A cada fração de até 500 filiados caberá à realização de uma plenária. Exemplos: 500 = 1 plenária. 501 = 2 plenárias. 1000 = 2 plenárias. 1200 = 3 plenárias.
 - b. As plenárias serão realizadas com distribuição geográfica equânime pelo município.
 - c. Cada município poderá optar por um dos dois critérios a seguir para a eleição de delegados nas plenárias. 1 delegado a cada 5 votantes e última fração de 3 ou 1 delegado para cada 10 votantes e última fração de 6.

- d. Poderão votar e ser votados neste processo os filiados que constem da listagem oficial do TSE do mês de outubro de 2011. Eventuais problemas de filiação serão remetidas a instância estadual.
- e. Em todas as plenárias serão realizados obrigatoriamente o debate entre os pré-candidatos. Caso o pré-candidato não possa comparecer à plenária, poderá ser substituído na mesa de debates por um representante da sua pré-candidatura desde que haja uma justificativa para sua ausência.
- f. O credenciamento nas plenárias municipais será feito com documento com foto, ficando resguardado o direito de solicitação de verificação novamente no processo de votação caso haja alguma dúvida e tal procedimento não ultrapasse a mais de 10% dos votantes. O credenciamento se encerrará 30 minutos antes da votação em urna.
- g. As plenárias terão duração mínima de 2 horas e máxima de 4 horas e serão em turno diferentes caso sejam marcadas num mesmo dia para garantir a participação efetiva de todos os pré-candidatos. A votação será precedida do debate entre os pré-candidatos, assegurando tempo e condições iguais de fala e participação. A ordem da fala dos pré-candidatos será realizada por um sorteio, assegurando a inversão da ordem a cada nova rodada de falas, sendo que a última não pode coincidir com a primeira. Após a primeira rodada será aberto ao plenário para perguntas e considerações na ordem de no mínimo 10 falas determinada por inscrição prévia e ou sorteio caso haja mais de 10 inscritos.
- h. O voto se dará em urna, de forma secreta, assegurando todas as condições para que não haja nenhum tipo de constrangimento ou violação desta condição. Para tanto, os locais de realização das plenárias terão de ser compatíveis com o número de participantes e deverão ser assegurados os meios necessários para rigorosa fiscalização do pleito e agilidade, confiabilidade e transparência na apuração dos votos.
6. O resultado da Conferência Eleitoral será imperativo e deverá ser homologado pela Convenção Oficial.
7. As Conferências Eleitorais e suas plenárias eletivas de delegados deverão acontecer no intervalo do dia 1º de março de 2012 até o dia 29 de abril de 2012. O calendário das plenárias eletivas de delegados e da Conferência Eleitoral deverá ser marcado pelo diretório municipal correspondente até o dia 15 de fevereiro de 2012. Ou até o dia 1º de março pelo Diretório Estadual.

8. O prazo para inscrição de pré-candidaturas nos municípios inicia-se no dia 20 de dezembro de 2011 e para a inscrição em definitivo até o dia 20 de janeiro com a apresentação do apoio mínimo e exclusivo de 20% dos membros do respectivo diretório municipal ou de no mínimo 10% dos filiados do partido no respectivo município.
9. A Conferência Eleitoral, além de aprovar a candidatura majoritária deverá discutir e votar resoluções sobre o programa eleitoral, aprovar coligações e chapas majoritárias e proporcionais.
10. Nas cidades em que não houver mais de um pré-candidato, a realização da Conferência Eleitoral neste período será facultativa, ficando as decisões remetidas diretamente a Convenção Eleitoral, que deverá usar como base os mesmos critérios das Conferências Eleitorais e deverão ser realizadas no período formalmente previsto pelo TSE.
11. O calendário das plenárias municipais e a data da Conferência Municipal Eleitoral serão definidos pelo Diretório Municipal correspondente, assegurando ampla divulgação a todos os filiados. A ordem das plenárias, após estar assegurada a melhor distribuição geográfica das plenárias pelo município, será definida por sorteio.
12. Qualquer filiado poderá ter acesso à lista de votação para fazer campanha interna pelo seu pré-candidato. Deverá ser assegurada isonomia entre os pré-candidatos, com acesso igual a todo e qualquer debate e ou reunião de filiados convocadas com o fim de discutir a preparação da Conferência Eleitoral.
13. Deverá ser garantido o acesso igualitário aos meios de comunicação próprios do partido e acesso igualitário às solicitações de artigos ou entrevistas remetidas ao partido pela imprensa em geral. Assim como, todos os nomes deverão ser comunicados para os Institutos de Pesquisas.
14. No ato de inscrição da pré-candidatura cada pré-candidato deverá registrar um documento que justifique os elementos centrais de sua pré-candidatura, bem como, assinar uma carta ao partido se comprometendo a respeitar o resultado da Conferência Eleitoral.

6. MOÇÕES APROVADAS

6.1.MOÇÃO DE REPÚDIO A CONSTRUÇÃO DE DUAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TURVO,
REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Considerando a iminente construção de duas hidrelétricas no Rio Turvo, sendo uma no Talhadão e outra próxima a Cachoeira de São Pedro;

Considerando o movimento da sociedade civil que se mobilizou através da AMERTP – Associação de Defesa do Meio Ambiente, dos Rios Turvo, Preto e da Cachoeira do Talhadão, para impedir esta agressão ao meio ambiente e que apresenta dados dos prejuízos dessa construção, já tendo conseguido mais de 10.000 assinaturas contrárias as hidrelétricas;

Considerando que esta construção fará com que seja confiscado da população, o direito de usufruir do lazer em uma das últimas cachoeiras de médio porte existente no estado de São Paulo, em uma região carente de áreas de lazer;

Considerando que o acesso à área da cachoeira, bem como em suas proximidades, só será permitida mediante autorização para visitas, expedida pela administração da hidrelétrica, conforme informado em palestra proferida pela Encalso, em São Carlos, a algumas pessoas de Palestina e Duplo Céu;

Considerando que parte significativa do curso do rio será desviada lateralmente até um ponto abaixo da queda da água e que em grande parte do ano a cachoeira estará reduzida a um filete;

Considerando que para compensar esta perda, a construtora, segundo informações correntes em Palestina, iria fornecer uma área de lazer e uma “prainha”;

Considerando que várias espécies de peixes que hoje habitam e procriam no rio Turvo, tal como o dourado, piapora, pintado e outros, estarão fadados a desaparecer, conforme se pode constatar no “Livro Vermelho” (internet), da página 362 a 405, publicado em 2007 pelo Governo do estado de São Paulo, que trata das espécies animais em extinção no estado;

Considerando que o custo material para a obra está estimado em R\$ 140.000.000,00 conforme publicado na imprensa de São José do Rio Preto, que, dividido pela potência total de geração nas duas hidrelétricas (28 MW) resulta num valor de R\$ 5.000.000,00 por MW;

Considerando que os “benefícios” trazidos pela construção das hidrelétricas elencados abaixo registram que a relação dos mesmos é menor do que os prejuízos;

O III Congresso Nacional do PSOL se posiciona contrário ao empreendimento e convoca sua militância a somar esforços com todos aqueles que se mobilizam para impedir este dano ao meio ambiente.

6.2.MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM OS PRESOS POLÍTICOS DO LPP DE PAQUISTÃO

Nós, representantes de organizações de 24 países da América Latina, Europa, Oriente Médio e Ásia, reunidos em São Paulo no Seminário Internacional organizado pelo Partido Socialismo e Liberdade do Brasil (PSOL), condenamos fortemente e de forma unânime o ato do governo paquistanês de violação os direitos da classe trabalhadora e do Partido Trabalhista do Paquistão (Labour Party Pakistan), que tem entre seus membros 13 militantes que estão enfrentando um julgamento sob a Lei Anti Terrorista no Faisalabad e na prisão central de Gilgit Baltistan. Todos os 13 prisioneiros são ativistas políticos, não terroristas. Eles estavam lutando por seus direitos básicos fundamentais. É um ato vergonhoso do governo democrático do Paquistão registrar processos criminais contra eles e, do tribunal da corte antiterrorista de Lahore, ordenar a punição de 490 anos de prisão para seis trabalhadores. Apelamos ao presidente, ao primeiro ministro e ao chefe de justiça do Paquistão para investigar a questão e soltar os trabalhadores inocentes o mais rápido possível.

6.3.MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS PROCESSADOS PELA TKCSA

A CSA esta processando três pesquisadores da FIOCRUZ que denunciaram prejuízos à população do Rio causados pela poluição.

6.4.MOÇÃO SOBRE A GREVE DA JOHNSON

Em todo o mundo os trabalhadores lutam e resistem à política de retirada de direitos históricos, rebaixamento de salários, ataque às aposentadorias e à tentativa desesperada do sistema capitalista de impor em nível mundial o modelo de exploração chinês.

No Brasil o governo Dilma é quem aplica os planos de ajuste e como reposta os trabalhadores vem desenvolvendo lutas mais radicalizadas como em Jirau, bombeiros e a recente greve da polícia militar do Maranhão.

Em São José dos Campos no Vale do Paraíba/SP, os trabalhadores da multinacional Johnson, na luta por direitos, saíram em greve exigindo abertura de negociações de pauta específica de campanha salarial. E foram brutalmente reprimidos pela tropa de choque da segurança pública do estado de São Paulo, que sem nenhuma determinação judicial atuou como segurança patrimonial da multinacional Johnson e Johnson.

A Johnson é uma das empresas químicas mais truculentas da região e que após assinar o acordo de conciliação no TRT de Campinas, quebrou o acordo, seguindo sua política de terror e retaliação contra os trabalhadores.

O III Congresso Nacional do PSOL resolve:

1. Apoiar incondicionalmente a luta dos trabalhadores da Johnson;
2. Repudiar a truculência da Johnson e exigir que cumpra o acordo no TRT/Campinas. Pare o assédio moral e a retaliações, respeitando a organização sindical e o direito de greve;
3. Exigir do governador Geraldo Alckmin e da Corregedora da PM-SP apuração da ação da Tropa de Choque na portaria da Johnson em S. José dos Campos, sem amparo legal, reprimindo os trabalhadores, mantendo-os em cárcere privado, desrespeitando a lei de greve, o direito de organização sindical e a Constituição Federal.

6.5. MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE SOCRÁTES

O PSOL – Partido Socialismo e Liberdade – em seu III Congresso declara pesar pelo falecimento de Sócrates, brasileiro falecido neste dia 04/12/2011, que honrou o seu sobrenome durante toda sua vida.

Como um grande brasileiro não se quedou em ser um ídolo popular alienado, pelo contrário, utilizou seu prestígio para junto com o povo, no seu espaço próprio de trabalho, lutar pela derrota da ditadura, na luta pelas Diretas e pela democratização das relações de trabalho no futebol, ao inspirar a histórica Democracia Corintiana.

6.6. MOÇÃO DE APOIO AOS MORADORES DO PINHEIRINHO / SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.

Considerando:

1. No Pinheirinho vivem 1.659 famílias num total de nove mil pessoas. A prefeitura reconhece 5.500 pessoas, mais insiste em chamar o bairro de "assentamento".
2. Os trabalhadores sem teto ocuparam a área em 2004, abandonada pela empresa Selecta S.A. que faliu há anos e que deve uma dívida milionária aos cofres da prefeitura de São Jose dos Campos – SP.
3. A juíza da 6ª vara cível, Márcia Faria Loureiro, ordenou a reintegração de posse sem oferecer alternativa nenhuma para os moradores. A ordem de despejo se dá no momento que o governo estadual por meio do CDHU negocia a legalização do bairro.
4. Em assembleia, os moradores do Pinheirinho decidiram não acatar a decisão da juíza e preferem morrer resistindo que ficar na rua. A organização dos sem teto inicia uma "Onda Vermelha" de protestos e uma campanha nacional de solidariedade.

O III Congresso Nacional do PSOL resolve:

- A. Apoiar incondicionalmente a justa luta dos moradores do Pinheirinho pelo direito a moradia
- B. Exigir do poder executivo, a imediata regularização do bairro
- C. Repudiar a decisão parcial da juíza Márcia Faria Loureiro que não pauta o papel social da terra, nem a Constituição Federal em seu artigo 6º que garante o elementar direito a moradia, desprezando todo o arcabouço jurídico de nosso país.
- D. Solicitar ao poder judiciário, a imediata revogação da liminar de despejo.

6.7. MOÇÃO CONTRA A CONDENAÇÃO DO COMPANHEIRO ALDO SANTOS ENQUADRADO NA LEI DA "FICHA LIMPA" POR TER APOIADO O MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP.

O III Congresso Nacional do PSOL, realizado nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2011, através de seus delegados (as) repudia a condenação do nosso filiado e militante Professor Aldo Santos, enquadrado pela justiça na lei da "Ficha Limpa" por ter apoiado, quando vereador de São Bernardo do Campo – SP, a ocupação de um terreno da Volkswagen, que ficou conhecida como "Acampamento Santo Dias". Horas antes da desocupação por parte da Tropa de Choque da polícia militar, o referido acampamento, que contava com centenas de crianças e idosos,

através da sua direção solicitou apoio para retirá-los da área, quando o companheiro Aldo cedeu o carro oficial da câmara, além de outros veículos particulares para atender tal solicitação, por entender tratar-se de uma ação humanitária. Em decorrência desse ato o companheiro foi processado, tendo sido absolvido em primeira instância e condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em virtude dessa condenação o companheiro foi enquadrado na "Lei da Ficha Limpa", o que é representado uma total inversão do objetivo dessa lei que é condenar os corruptos e malversadores do serviço público, que têm inclusive sido absolvidos pelos tribunais eleitorais a exemplo do senador Cássio Cunha Lima da Paraíba, que foi empossado recentemente. Entendemos que essa condenação se insere no processo de criminalização dos movimentos sociais, ação esta que deve ser repudiada por toda sociedade e principalmente pela esquerda. Por isso defendemos a absolvição do companheiro e afirmamos: Aldo é Ficha Limpa. Viva a luta da classe trabalhadora.

6.8. MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE A GREVE DOS PETROLEIROS DO CAZAQUISTÃO

Milhares de petroleiros da região Mangistau Oblast do Cazaquistão estão em greve desde o final de maio, no que provavelmente é a principal batalha sindical dos países da ex-União Soviética desde a queda do stalinismo.

Os petroleiros sofreram uma repressão brutal durante toda a greve, mas sem se deixar intimidar. No dia 02 de agosto, um sindicalista Zhalsylyk Turbaev, de 28 anos, foi morto após ser atacado dentro do local de trabalho por bandidos a mando dos patrões. No dia 08 de agosto, a advogada do sindicato, Natalia Sokolova, que estava presa desde o início da greve junto com o outro advogado do sindicato, Akshimat Aminov, foi condenada a seis anos de prisão por "instigar a tensão social". Ela não pode apresentar nenhuma testemunha de defesa durante os seis dias de julgamento.

Os petroleiros da região de Mangistau Oblast, no oeste do país, trabalham em condições extremas numa região de deserto. No verão enfrentam um calor de 50°C e no inverno a temperatura pode cair para -40°C. Os trabalhadores reclamam de condições precárias do ponto de vista da saúde e segurança, o que leva a mortes desnecessárias. Os trabalhadores também lutam pela implementação do acordo assinado com os patrões dois anos atrás, que ainda não foi cumprido.

A greve engloba trabalhadores da empresa estatal, KazMunaiGaz, que tem laços estreitos com o governo do presidente Nazarbayev, e seus subsidiários e empresas terceirizadas. No auge do

movimento, até agora, 16 mil trabalhadores chegaram a paralisar os trabalhos e milhares estão em greve desde o início, sem receber salário.

Muitos trabalhadores receberam ameaças anônimas, ameaçando matá-los, suas famílias ou incendiar suas casas. O governo usou até caças do exército para sobrevoar as assembleias dos grevistas para intimidá-los.

A empresa enviou cartas oficiais para os grevistas constatando que serão demitidos se continuarem em greve. Dois mil e quinhentos já foram demitidos, simplesmente por exercer seu direito de greve. Aqueles que cederam e voltaram ao trabalho tiveram que assinar uma declaração dizendo que a greve é ilegal e garantindo não participar mais do movimento.

Os trabalhadores enfrentam uma barragem de propaganda mentirosa e total boicote da mídia oficial. Mas a greve recebeu atenção internacional quando o cantor Sting em julho cancelou um show, dizendo que "não atravessaria um piquete de greve".

Paul Murphy, deputado do Parlamento Europeu pelo Partido Socialista da Irlanda, visitou os grevistas em julho, ajudando a furar o bloqueio na mídia e também se comprometendo a lançar uma campanha internacional em apoio aos petroleiros.

7. DIREÇÃO ELEITA

O resultado da eleição para direção nacional do partido:

Chapa 1 - 77 Votos (23.4%)

Chapa 2 - 67 Votos (20.36%)

Chapa 3 - 46 Votos (13.98%)

Chapa 4 - 139 Votos (42.24%)

Por decisão do Diretório Nacional a composição da direção deve levar em conta também a Presidência da Fundação Lauro Campos. Assim, realizados os cálculos da proporcionalidade entre as quatro chapas, a composição da nova direção é a seguinte:

| Chapas | Diretório Nacional | | Conselho Fiscal | | Conselho de Ética |
|--------|--------------------|-----------|-----------------|-----------|-------------------|
| | Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes | |
| 1 | 14 | 3 | 1 | 1 | 2 |

Advertisement

| | | | | | |
|-------|----|----|---|---|---|
| 2 | 13 | 3 | 1 | 1 | 1 |
| 3 | 9 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| 4 | 26 | 5 | 2 | 1 | 3 |
| Total | 62 | 13 | 5 | 3 | 7 |

A nova Executiva Nacional está composta pelos (as) seguintes companheiros (as):

PRESIDENTE: IVAN VALENTE

PRESIDENTE DA FLC: ROBERTO ROBAINA

TESOURARIA: FRANCISVALDO SOUZA

SEC GERAL: EDILSON SILVA

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AFRANIO BOPPRÉ

SECRETARIA DE FORMAÇÃO: CAMILA VALADÃO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: SILVIA SANTOS

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO: RODRIGO PEREIRA

SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: JEFFERSON MOURA

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: MARINOR BRITO

2ª SECRETARIA: MARIO AGRA JUNIOR

2ª SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: ZILMAR ALVERITA

2ª SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: FERNANDO SILVA (TOSTÃO)

2ª SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO: JANIRA ROCHA

2ª TESOURARIA: LEANDRO MARTINS (RECIFE)

2ª SECRETARIA DE FORMAÇÃO : PEDRO FUENTES

2ª SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTUCIONAIS: CLÉCIO LUIS VIEIRA

2ª SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: MARTINIANO CAVALCANTE

[Next SlideShares](#)

Upcoming SlideShare